

ATA 07/2020 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 25 de Junho de 2020, conforme a convocação, os conselheiros integrantes do Plenário do Conselho se reuniram no sistema virtual (on-line) para debaterem as pautas abaixo, sendo esta a sétima (7ª) Assembleia do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, no ano de 2019 e a 2ª no sistema on-line. Das pautas: **1. Apresentações e aprovação de novos representantes das ENTIDADES; 2. Análise e deliberação referente às Atas 01, 02 e 03/2020; 3. Avaliação calendário de reuniões; 4. Análise e encaminhamento referente ao Hospital de Campanha (SESI), da Av. Bento Gonçalves; 5. Indicação de representantes ao CEP da Faculdade de Enfermagem – UFPEL; 6. Plano de aplicação de recurso Emergencial do Hospital da Santa Casa de Misericórdia; 7. Plano de Aplicação para recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial - Hospital Universitário São Francisco de Paula; 8. Proposta de Convênio para aquisição de equipamentos para centro cirúrgico - Emendas 9. Parlamentares de Investimento - Hospital Universitário São Francisco de Paula.10. Análise e encaminhamento referente ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), realizado entre SANTA CASA, SMS, HUSFP e HE-UFPEL; 11. Análise e encaminhamentos referente à Academia de ginástica da UBS Pestano.** Acompanharam a reunião 31 conselheiros (as) e 3 visitantes os quais estarão assinando o livro de registros das presenças, do CMS. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro, Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretária da Assembleia, Vânia Garcia e da Diretora Eliana Bender e os funcionários Samuel e Elizabete deram início à reunião. **1. Apresentações e aprovação de novos representantes das ENTIDADES.** Conforme Ofício 459/GAB, a SMS informou que assumirá a titularidade da representação da Secretaria a Sra. Carla Fernanda Lessa, e também foi comunicado o pedido da servidora Rosangela Aveiro Carneiro Soares de sua desvinculação como membro da Diretoria deste Conselho. O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde (STSSP) encaminhou e-mail comunicando a alteração de seus representantes, como titular foi indicado Adilson Esperança, e como suplente Elizandro da Silva Mukai. O SINDISERF substituiu sua representação na suplência, passando a ser suplente Maiara Félix de Quadros. **2. Análise e deliberação referente às Atas 01, 02 e 03/2020.** As atas 01, 02 e 03 as quais haviam sido encaminhadas via e-mail aos conselheiros em períodos anteriores foram debatidas e aprovadas sem manifestações em contrário por (31) Trinta e Um votos. **3. Avaliação calendário de reuniões.** A Direção propõe fazer reuniões menores, porém ocupando um maior número de quintas-feiras, nestes primeiros meses de retorno, das atividades, visto que a maioria dos conselheiros e conselheiras estarão em suas próprias residências. A proposta foi aprovada, sem manifestações em contrário, obtendo (31) Trinta e Um votos. **4. Análise e encaminhamento referente ao Hospital de Campanha (SESI), da Av. Bento Gonçalves.** Parecer da Comissão de Finanças. A Comissão sugere que devemos solicitar o termo de referência, que está descrito no contrato e o Edital que gerou a contratação desta empresa executora, pois o visualizado por integrantes da Mesa Diretora, em visita nesta segunda-feira (22/06), está distante de outras normas para ser considerado um hospital. Observações da Comissão: 1) As camas são de madeira e muito baixas, sendo 159 ao total, e na distribuição estão muito próximas umas das outras; 2) Não tem separação por sexo, dentro deste espaço físico; 3) Os espaços de salas de enfermagem são improvisados, tendo pias com torneiras inadequadas, e sem armários; 4) Não foram encontrados espaço adequados para refeitório, proporcional ao numero de camas; 5) Não visualizamos espaço para esterilização de material, e não seria prudente levar a outro local para esta finalidade. 6) O espaço para os funcionários realizarem a troca de s é inadequado; 7) Os chuveiros disponibilizados são muitos simples; 8) Faltam muitos equipamentos no local, para o serviço entrar em funcionamento. Parecer da Comissão Técnica. A Comissão debateu a situação e a representação

da SMS se manifestou relatando que o Hospital foi montado de forma emergencial no início da Crise e que a SMS reconhece a necessidade de ajustes no referido local e para tanto estão providenciando camas hospitalares para serem colocadas na área, em substituições as várias que estão no referido espaço assim como outras melhorias para um atendimento digno e de se estabelecer ou tentar o descrito nas normas nacionais para os hospitais de Campanha, as quais foram publicadas neste mês de Junho. A Comissão solicitou que fosse enviado ao Conselho o Termo de Referência para montagem de Hospital de Campanha para o COVID-19. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti comenta que solicitou o envio do termo referência para o Conselho. Cita que houve o ato de licitação e teve uma empresa interessada do Norte do Estado para fazer a montagem do hospital de campanha, baseado no termo de referência. Segundo a representante da Secretaria de Saúde, Ângela Lima, naquele momento não havia normas gerais para a montagem de um hospital de campanha, pois este foi criado logo após a montagem, do assunto em discussão e foi editada recentemente. De acordo com a representante ainda existe necessidades de ajustes no referido espaço. Porém, algo nos chamou atenção no contrato, pois é citado que terão 21 leitos emergenciais e no espaço visto, não existe a possibilidade mínima de ter leitos de UTI. A Sra. Bianca, representante da SMS na COMFIN relatou que não existiu previsão de espaço de leitos de UTI, e estes estarão em outro local. O conselheiro Paulo Vieira representante do Distrito Sanitário III relata que de fato além de tudo que está colocado no informativo De Olho na Saúde, na visita ao local observamos problemas críticos nas pias de lavagem, das enfermarias, por exemplo, pois o que na pia que deveria ter algo aço inox ou semelhante, e lá está colocado um latão velho, um material que já foi usado em outros eventos que, na verdade serve mais para foco de contaminação do que qualquer outra utilidade. No termo de referência foi mencionado uma Nota Técnica (NT) 69/2020 e essa nota técnica trás algumas orientações a respeito do hospital de campanha, faz referência, inclusive, brevemente a algumas orientações a RDC 50 que é um documento padrão para construção, instalação de UBS e prédios para saúde, e a verdade é que embora o termo de referência faça alusão a essa norma técnica, o próprio termo de referência não segue essas orientações. Outra observação é que essa empresa pelo serviço que está lá colocado, não tinha Know-how, isto é, condições de fazer este tipo de instalação, é uma empresa preparada para fazer instalações de lona em eventos, feiras, mas nunca para fazer montar um material para hospital de campanha como foi referido. Então é bastante improvisado e a Secretaria de Saúde já dispendeu algum recurso, é uma situação precária como está hoje. A Secretária de Saúde, Roberta Paganini, responde que referente ao hospital de campanha, não conheço nenhuma empresa com Know-how, com exceção do exército em situações de calamidade pública. Isso são adaptações que o mercado fez e realmente as empresas que montaram o hospital de campanha são empresas que montam eventos, lembrando que quando montamos não havia nenhuma norma, pois a mesma saiu a posterior. Em relação aos ajustes no local, desde sempre sabíamos que haveria ajustes a se fazer, porque não finalizamos a montagem ainda, já que não tivemos necessidade, e na verdade estamos refletindo muito se vamos utilizar ou não, inclusive, se vale a pena ou não seguir comprando os materiais, além disso, já cortei algumas quantidades, provavelmente não vamos utilizar. Desde o início quando organizamos a ampliação da rede para o atendimento de COVID, nós pensamos no Hospital Escola como referência para as internações hospitalar e o Centro de atendimento a COVID no prédio onde seria a UPA BENTO e consideramos após adquirir alguns respiradores que chegaremos ao total de 98 leitos de UTI e esse quantitativo acaba ocupando toda a estrutura física de leitos que temos no Hospital Escola e no Centro COVID. Então o que precisávamos não era um local com mais leitos de UTI era um local com leitos de enfermaria, além de tudo, se nós nos basearmos na necessidade de leitos indicado pelo Comitê da UFPEL em relação à pandemia que trazia uma necessidade de mais de 80 leitos para a



cidade de Pelotas e se considerássemos a região, teríamos um aumento, ainda, de mais 300 leitos de enfermaria, então esse quantitativo assustou, por que mesmo se lotasse um hospital ainda sim não daríamos conta. Então pensamos nessa alternativa de um hospital de campanha que era local onde poderíamos ter maior quantidade de leitos de enfermaria, ênfase que leitos de enfermaria são para pacientes que não estariam em condições de fazer isolamento domiciliar, mas que também necessitam de um aporte técnico de equipamento maior, então esclareço que em nenhum momento alguém pensou em se colocar leitos de UTI. O que pensamos seria 20 leitos na lateral, com divisórias entre eles para aqueles pacientes que estivesse em uma situação mais delicada, além de colocar biombo, essa era nossa intenção. Pensamos nesse modelo de hospital, digamos um salão aberto, e não com leitos individuais como tem se visto em outras cidades, simplesmente por falta de equipes, a qual nós temos desde o início equipe para atender todos esses novos leitos. Deixo claro para os senhores, que todos os leitos de COVID são além da capacidade técnica já instalada no município, essa é a nossa preocupação se teríamos profissionais suficientes para suprir a necessidade. E dessa forma, digamos um salão, ficaria mais fácil para equipe de enfermagem pudesse cuidar desses pacientes. Quanto à distância das camas, serão reposicionadas, caso vier a se utilizar. Salienta que foram procuradas camas hospitalares para comprar ou alugar, infelizmente não encontramos e a empresa de montagem tinha essas camas as quais nos ofertou e nós entendemos que era melhor essas camas do que nenhuma. Com isso, fomos a busca de alternativas para substituir as camas aos poucos na medida em que conseguíssemos. Felizmente, conseguimos 20 camas de UTI leitos da Santa Casa que nos doou e a Mão de obra prisional esta restaurando. Com relação aos colchões já temos as capas de napa para todos. Quanto aos armários para enfermaria, o hospital não está mobiliado, tem alguns itens já adquirimos, outros não, outros cortei a quantidade, outros segurei para ver se há necessidade de utilizar. Quanto aos banheiros e refeitórios dos trabalhadores não é alie sim dentro do prédio do SESI, onde tem outra estrutura de cozinha e área de descanso. Em relação aos banheiros sabemos que não é o mais adequado, mas posso garantir que é a melhor opção, considerando os protocolos de barreira que devem ser cumpridos, não tinha como fazer naqueles vestiários construídos no ginásio, não tinha como fazer o profissional entrar, se desparamentar, tomar banho e sair para área limpa sem passar pela área suja, chegou inclusive cogitar em quebrar uma parede, infelizmente não foi possível, pois o prédio não é nosso. Por fim, a opção foi aquela de colocar o tipo de vestiário que também não esta finalizada. Ressalto também que os itens adquiridos serão utilizados em outro setor. O Coordenador da Mesa observa que entre os problemas identificados era não haver separação de sexo. A respeito dos leitos de UTI, vem explicitado no documento, através do ofício 470 da Secretaria de Saúde na cláusula 4 item 01 menciona leitos de UTI, por isso foi questionado. A visitante Bianca D' Carla explana que reconhece o trabalho da Secretaria de Saúde frente à pandemia. Entendo que foi muito difícil dirigir essa condição que recebe pacientes de outros municípios, além de ser porta aberta para o Pronto Socorro. Compreendo o esforço, mas têm algumas coisas que ficam a ser verificada, por exemplo, quando a Secretária de Saúde coloca que a empresa não tem know-how para construir um hospital de campanha, acho que de qualquer forma a contratação tem de feita pela empresa que tivesse condições de adequar o hospital com a necessidade do município, seguindo as normas afins. Visitei o hospital de campanha, e digo que aquele local parece mais um albergue do que um hospital de campanha, fiz até algumas simulações tentando medicar um paciente, tive algumas observações da enfermeira que nos acompanhou na vistoria dizendo que não existia a possibilidade de um paciente ir a óbito, digo que qualquer paciente que esteja infectado com COVID 19, a qualquer momento pode entrar em óbito, então não tem como fazer essa previsão dizendo que nenhum vai precisar de um atendimento mais intensivo. Também questionamos o posicionamento das camas, são camas de

madeira, essas camas não podem ser utilizadas, até porque não tem como fazer a higienização, o banheiro é inapropriado, não tem condições de nenhum profissional se higienizar. Assim como gostaria de salientar quando a Secretária de Saúde diz que todos os cuidados estão sendo realizados para os profissionais da saúde, infelizmente terei que discordar, porque os profissionais não estão sendo cuidados, inclusive, tivemos a morte da enfermeira por suicídio e a prefeitura não colocou nenhuma nota em homenagem a essa profissional. Gostaria de solicitar uma atenção especial aos profissionais de saúde, por exemplo, o Pronto-Socorro onde os profissionais não são cuidados. Quando era presidente do sindicato tive que encaminhar algumas demandas ao jurídico do sindicato pedindo algumas providências a ser tomadas, os profissionais do Pronto-Socorro trabalhando com máscara de TNT. E hoje dentro do Pronto-Socorro temos um funcionaria infectada com COVID 19 e os profissionais estão pagando R\$ 100,00 reais para o Hospital Universitário realizar o exame porque apresentam sintomas e esses exames são negados, a gente sabe e é de conhecimento de toda comunidade pelotense que havia contrato com laboratório para realizar 250 exames/dia para os profissionais de saúde e segurança pública. Concluo então fazendo o pedido para que seja realizada a testagem nos profissionais de saúde. O conselheiro César Lima representante da UPACAF pergunta se o corpo de bombeiro fez alguma avaliação referente aos espaços montados, o prédio é uma situação, já a montagem do referido hospital de Campanha é outra, já que deverá produtos inflamáveis. O conselheiro Jaime Fonseca questiona quem foi a autoridade ou funcionário o qual deu o aval para o pagamento da estrutura. O conselheiro Lopes Mukai representante do SINDISAÚDE questiona a testagem para os profissionais de saúde, principalmente os serviços que tem rotatividade em maior de pacientes como no Pronto Socorro de Pelotas, pois, se não tem equipes suficientes para o atendimento da população, como fica ou ficará os profissionais que estão na linha de frente sem testagem. O visitante Everton Antunes Ribeiro questionou a Secretária em relação a altura das camas, e se os profissionais terão que atender os pacientes ajoelhados. O Conselheiro Mário Almeida da ABAPP relata que conheceu hospitais de campanha singelos e como a Secretária de Saúde informou que irá melhorar aos poucos, acredita que a Prefeitura não entregará um hospital que não atenda as exigências mínimas, deve haver órgãos do Estado que façam uma averiguação de segurança e higienização para ocorrer serviços no local. A conselheira Mauren Wenzke comenta que recentemente um funcionário terceirizado do hospital positivou, e todas as pessoas que estiveram em contato, fizeram o teste. Então ele não é funcionário, mas enfatizo que até o momento não tem nenhum funcionário da Santa Casa positivado. A Secretária de Saúde Roberta Paganini responde que em relação à estrutura foi recebida e atestada pelo arquiteto da Secretaria de Saúde e teve avaliação pelo engenheiro elétrico. Digo para vocês que, quando tratamos esse hospital, tínhamos uma previsão de que o pico da nossa curva seria no mês de abril, e a montagem foi no início de abril, então era o que tínhamos para o momento, pois precisávamos da estrutura até o final de abril. Quanto às camas, volto a dizer que, não tinha outra opção no mercado, gostaria até de que me dissessem qual atitude que deveria ter sido tomada, qual providência, para que possamos aprender, já que temos no momento uma previsão de pico onde precisarei de mais de 300 leitos de enfermaria para um prazo de 30 dias, não existe cama hospitalar nem para alugar, nem para vender, tudo que os hospitais tinham para doar, já doaram. O local foi pensado justamente por estar próximo do SAMU e do Centro COVID porque entendemos que será mais ágil transportar o paciente, além das equipes poderem se deslocar. Solicito ao Coordenador da Mesa que na próxima plenária seja discutido sobre a testagem nos profissionais de saúde. O Coordenador da Mesa coloca para votação o parecer da Comissão de Finanças e Comissão Técnica com adendo de solicitar a Secretaria Municipal de Saúde o termo de referência, que está descrito no contrato e o Edital que gerou a contratação desta empresa executora, pois o visualizado por integrantes da Mesa Diretora, em visita

nesta segunda-feira (22/06), está distante de outras normas para ser considerado Hospital o espaço encontrado. A proposta foi aprovada sem manifestações em contrário, e no momento desta votação havia (31) Trinta e Um conselheiros participando da reunião. **5. Indicação de representantes ao CEP da Faculdade de Enfermagem – UFPEL.** Atualmente, neste CEP temos a Ângela Nobre de representante, que está com problemas pessoais. Em assembleia anterior foi aprovado o conselheiro Volnei Cápua, que não chegou a participar de reuniões. **Parecer da Comissão Técnica.** A Comissão entende que deva ocorrer, em curto prazo, um treinamento para qualificação dos atuais membros dos CEP e outros interessados para fins de o CMS ser representado com qualidade neste Comitê vistos que estes apreciam projetos de alta relevância para a saúde e para a formação acadêmica. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG comenta da importância da participação nos CEP, pois participa no Comitê do Hospital da Santa Casa. Não havendo mais manifestações, o parecer é aprovado por consenso, sem manifestações em contrário. **6. Plano de aplicação de recurso Emergencial do Hospital da Santa Casa de Misericórdia.** Parecer da Comissão de Finanças. A Comissão sugere a aprovação dos dois planos apresentados pelo Hospital, e da COMFIS (Comissão de Fiscalização) acompanhar os serviços planejados, e a aquisição de suprimentos e insumos hospitalares. O valor do primeiro recurso é de R\$ 906.520,08 com previsão para ser aplicado em Aquisição de medicamentos, suprimentos e insumos hospitalares (Equipamentos de Proteção Individual, Materiais de Higiene, Limpeza e Desinfecção, Materiais Hospitalares e Medicamentos para UTI). O segundo recurso de R\$ 758.559,34 será aplicado em Aquisição de suprimentos e insumos hospitalares, sendo proposto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, Materiais de Higiene, Limpeza, Desinfecção, Materiais e Insumos Hospitalares e Rouparia Hospitalar. A representante da Santa Casa Mauren Wenzke esclarece que a primeira verba é oriunda do recurso emergencial da Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020. Essa lei dividiu o recurso em duas parcelas através de Portaria, sendo a primeira no valor de R\$ 906.520,08 que o hospital já apresentou o plano de trabalho ao município e o mesmo já repassou a verba. Faço uma correção em relação ao publicado no informativo no De Olho na Saúde o hospital ainda não utilizou, esta para utilizar os recursos e a cada vez que chegar algum item será chamado a Comissão de Fiscalização para acompanhar. A segunda parcela é proveniente da Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020, inclusive, já foi feito o plano de trabalho, o município analisou e estamos aguardando a liberação do valor. Esclarecendo as dúvidas o Plano de Aplicação da Santa Casa é aprovado sem contrariedade, (31) Trinta e Um votos. **7. Plano de Aplicação para recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial - Hospital Universitário São Francisco de Paula.** Parecer da Comissão de Fiscalização. A Comissão sugere a aprovação do plano apresentado pelo Hospital, e da COMFIS (Comissão de Fiscalização) acompanhar os serviços, à aquisição de suprimentos e insumos hospitalares. O valor recebido é de R\$ 395.639,13. Na proposta tem uma Contrapartida do hospital de R\$ 510,87, totalizando: R\$ 396.150,00. A representante Karine Castro do Hospital Universitário São Francisco de Paula esclarece que esse recurso também é originário da Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020. Aplicaremos esse recurso totalmente em EPI, inclusive, hoje os recursos entraram na conta do hospital, estaremos fazendo a tramitação desses itens, da mesma forma, assim que chegar algum item a Comissão de Fiscalização do Conselho de Saúde poderá averiguar. Elucidando todas as informações e não havendo manifestações dos conselheiros, o Coordenador coloca para aprovação o plano de aplicação, e não ocorreram manifestações em contrário, sendo unanimidade. **8. Proposta de Convênio para aquisição de equipamentos para centro cirúrgico - Emendas Parlamentares de Investimento - Hospital Universitário São Francisco de Paula.** Parecer da Comissão de Finanças. A Comissão sugere a aprovação do AD-Referendum encaminhado pela Mesa Diretora, conforme descrito no Of. 088/2020, de 27/04/2020. Ocorre que foi destinado o valor

de R\$ 1.250.000,00 através de emenda parlamentar, sendo R\$ 1.000.000,00 destinado pelo Deputado Daniel Trzeciak e R\$ 250.000,00 destinado pelo Deputado Afonso Hamm, com a finalidade de aquisição de equipamento e material permanente. A representante Karine Castro do Hospital Universitário São Francisco de Paula explica o porquê foi repassado para o Conselho e este encaminhou como AD-Referendum. Apresentamos um projeto de ampliação e qualificação do Centro Cirúrgico do hospital. Referente a ampliação, o Ministério da Saúde entendeu que o Conselho Municipal de Saúde deveria se manifestar, assim como a Secretaria Municipal de Saúde e o Estado através de Resolução da CIB, a qual teve o nº 085/2020 onde concorda com a aprovação da ampliação do Centro Cirúrgico, entendendo que o município tem demanda reprimida cirúrgica e que essa sala seria necessária. A Proposta tem como objeto a reabertura de uma Sala de Cirurgia através da aquisição de 01 (um) Aparelho de Anestesia, 01 (um) Bisturi Elétrico, 01 (um) Monitor Multiparâmetro e 01 (uma) Mesa Cirúrgica; a qualificação técnica do Centro Cirúrgico pela aquisição de 03 (três) Foco Cirúrgicos de Teto para 03 (três) das 07 (sete) salas cirúrgicas existentes; segurança cirúrgica e realização de procedimentos de alta complexidade pela aquisição de 01 (um) Microscópio Cirúrgico; e o aumento na realização de vide cirurgias com o Sistema de Vídeo Endoscopia Rígido. Lembrando que ainda não recebemos este recurso, estamos na fase de autorização. Esclarecidas todas as situações e não havendo manifestação dos conselheiros, o Coordenador da Mesa coloca em apreciação e não ocorreram manifestações em contrário e nem abstenções, considerando-se assim aprovado por unanimidade dos (31) Trinta e Um conselheiros. **9. Análise e encaminhamento referente ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), realizado entre SANTA CASA, SMS, HUSFP e HE-UFPEL.** Parecer da Comissão de Finanças. A Comissão sugere pela aprovação do TAC com ressalvas: 1) De serem esclarecidos os quantitativos de leitos a serem cedidos pela HSCM, nas enfermarias Santo Antonio, Pediatria e Sagrado Coração de Jesus, com a discriminação de quantos em cada ala. Devendo apontar quantos serão utilizados para UTI, e quantos leitos clínicos; 2) De ser corrigido na cláusula quarta, o termo Conselho Gestor de Saúde, para Conselho Municipal de Saúde; 3) De a SMS apresentar para aprovação no CMS, o plano de execução de outros recursos que serão utilizados no HE-UFPEL e HSCM (recursos são emendas federais para combate ao COVID19) Obs.: A COMFIN sugere que a Mesa Diretora solicite a SMS, a relação de todos os recursos destinados a Pelotas, os quais foram destinados ao combate do COVID 19. Parecer da Comissão Técnica. A Comissão debateu o ponto e analisou os itens já abordados pela COMFIN e complementa com as seguintes considerações: 1) De ser solicitado ao HE o layout da nova distribuição dos leitos que estarão sob os cuidados do HE; 2) De a SMS apresentar ao Conselho os planos de trabalho referente a outros recursos que foram destinados aos Hospitais através da Gestão Municipal; 3) De haver uma manifestação da Vigilância Sanitária (Municipal e ou Estadual) sobre a situação da distribuição dos leitos, incluindo as localizações dentro dos hospitais e se estariam seguindo as normas para a prevenção ao COVID. A representante da Santa Casa, Mauren Wenzke, explica que foram indicadas três emendas parlamentares de custeio individuais, uma delas é de R\$ 1.000.000,00 onde o hospital havia apresentado anteriormente o plano ao Conselho de Saúde e também estávamos em divergência com a Procuradoria Geral do Município, na qual foi solucionada através do TAC. Então temos R\$ 1.200.000,00 em emendas de custeio que estão atreladas a esse TAC, o município repassará ao hospital, e o hospital fará o conserto de equipamentos e aquisições de insumos hospitalares, cumprindo os mesmos requisitos já mencionados dos recursos anteriores, a qual é convocar a Comissão de Fiscalização do Conselho de Saúde para acompanhar os itens adquiridos. Recapitulo dizendo que o hospital tem três planos: 1) De R\$ 1.000.000,00; 2) De R\$ 100.000,00; 3) De R\$ 100.000,00. Dentro do Termo de Ajuste e Conduta (TAC) o hospital tem recurso pendente de emenda COVID, emendas dos deputados



federais de bancada específico para COVID, no valor de R\$ 668.000,00. Se analisarem vão perceber que não está no plano, porque o município irá utilizar a emenda do Hospital Escola também, portanto, será o contexto de várias emendas, por isso não tem o valor especificado. As emendas de COVID quem fará a gestão é o município que, adquirirá os equipamentos necessários, pois essas emendas são destinadas as áreas do município que estão executando a Pandemia. A posterior na extinção do Decreto da Pandemia, o hospital fica de propriedade dos equipamentos, visto que a emenda foi destinada para a instituição. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, comenta que esse TAC tem relação com o fechamento da maternidade do hospital Santa Casa, por isso abrange o Hospital São Francisco de Paula e o Hospital Escola. Dentro dessa discussão os leitos que fecharam da maternidade da Santa Casa, estão sendo divididos com Hospital São Francisco de Paula onde aumentará 10 leitos de maternidade e o Hospital Escola também amplia o espaço cedido pela Santa Casa que, será criado um ambiente de maternidade de 8 leitos para atender pacientes com COVID ou com doenças infecciosas. O Hospital Universitário São Francisco de Paula para abrir 10 leitos de maternidade, contará com incremento de 100 AIH (Autorização de Internação Hospitalar), um acréscimo de R\$ 240.000,00 como incentivo, a contratação de um profissional obstetra pelo Hospital Universitário, porém, atuará no recinto da maternidade do Hospital Escola com custeio da Secretaria Municipal de Saúde. A Secretária de Saúde, Roberta Paganini, diz que a parte que o hospital Santa Casa irá conceder precisa de adequações na rede elétrica, rede de gás e climatização da área. Essas reformas serão alcançadas/realizadas através de emendas parlamentares para o enfretamento do COVID. A Secretária reforça que o TAC tem um prazo de 6 meses prorrogáveis ou o tempo que durar a pandemia. Havendo os esclarecimentos e o entendimento por parte dos conselheiros, o Coordenador da Mesa coloca para votação e a proposta de TAC é aprovados em adendos pelos conselheiros participantes desta reunião online. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião foi encerrada às 21 horas e 47 minutos, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Vânia Garcia
Secretária da Assembleia